

TRABALHO E O COMPLEXO DA CULTURA CORPORAL

José Pereira de Sousa Sobrinho
Betânia Moreira de Moraes
Danielle Sampaio Albuquerque
Rafael Barbosa de Menezes
Niágara Vieira Soares Cunha
Marcel Cunha

RESUMO

O artigo pretende formular uma análise ontológica do trabalho, ao reconstituir a origem do ser social a partir do seu ato originário, do qual decorre o salto ontológico com a superação da existência animal do homem e a constituição da natureza humana. Do trabalho decorrem os demais complexos que constituem a existência humana, dentre eles, examinamos a cultura corporal, a qual surge como meio de trabalho, como parte integrante da cultura e do conhecimento humano historicamente constituído. Destarte, a cultura corporal constitui-se como objeto de estudo da educação física, detentor de conhecimento prático e intelectual.

Palavras-chave: Trabalho. Cultura corporal.

ABSTRACT

The article aims to give an ontological analysis of labor, on reconstruct the origin of the social being from its original act, which follows the ontological leap with the overcoming of existence animal of the man and the constitution's human nature. Of the labor, result the others complexes that constitute human existence, among them, we examine the culture body, which appears as a way of labor, as part of the culture and the human knowledge historically constituted. Thus, culture body is like an object of study of physical education, holder of practical and intellectual knowledge.

Key words: Labor. Culture body.

RESUMEN

El artículo se propone formular una análisis ontológica del trabajo, al reconstituir el origen del ser social desde su acto originario, de los cuales sigue el salto ontológico con la superación de la existencia animal del hombre y la constitución de la naturaleza humana. Del trabajo resulta los demais complejos que constituyen la existencia humana, entre ellos, examinamos la cultura corporal, la cuál aparece como medio de trabajo, como la parte integrante de la cultura y del conocimiento humano históricamente constituído. Así, la cultura corporal constituye como objeto del estudio de la educación física, poseedor de conocimiento prático y intelectual.

Palabras clave: Trabajo. Cultura corporal.

Introdução

As últimas décadas de debates acadêmicos em torno da formação em educação física expressaram uma intensa preocupação em definir o seu objeto de estudo. Contudo, em 2004 a divisão do currículo em bacharelado e licenciatura formulada a partir da ênfase na vertente desenvolvimentista expressa a necessidade de desenvolvimento do modelo de Diretrizes Curriculares oposta ao modelo fragmentário implantado.

Uma proposta curricular que entenda a formação humana em sua totalidade, pautada sobre a unidade entre competência técnica e política, alicerçado sobre o tripé ensino, pesquisa e extensão. O modelo proposto de Diretrizes Curriculares elaborado a partir do caráter histórico e dialético da realidade aponta como objeto da educação física a cultura corporal, enquanto aqueles conhecimentos constituídos pela atividade humana em sua relação com a natureza e com outros homens, conhecimento acumulado e reproduzido por diversas gerações, a partir das diversas condições históricas de existência humana.

O presente artigo pretende realizar uma reflexão sobre a constituição da cultura corporal como um complexo humano, constituído a partir do trabalho. Reconstitui a partir dos escritos de Marx, Engels, Lukács, e dos elementos apontados no Coletivo de Autores, o desenvolvimento da cultura corporal como o parte integrante do conhecimento humano historicamente constituindo, e como real objeto da educação física.

1 O Salto ontológico e a constituição do ser social

Como explicitado pela análise marxiana o homem é um ser social, sua natureza humana é essencialmente natureza social. O homem possui na sua capacidade de trabalhar a sua força criadora, a força fundadora da essência humana, ou seja, fundadora de si mesmo a partir do intercâmbio dele com a natureza.

É nos rastros dos escritos marxianos, e da análise do trabalho como fundante do ser social desenvolvidos por Engels, que Lukács afirma que a existência presente no homem, em seu corpo, é uma parte da existência da própria natureza. As evidências de tal afirmação estão no próprio homem, na base inorgânica dos elementos constitutivos de seu corpo, já que as substâncias formadoras do corpo humano estão presentes na natureza, tanto na forma inorgânica, quanto na forma orgânica. Assim como os seres orgânicos desenvolvem-se de uma base inorgânica, o homem desenvolve-se de uma base orgânica mais avançada - embora portador de uma natureza social que o distingue essencialmente das demais esferas ontológicas, o homem mantém com os seres orgânicos e inorgânicos um caráter de unitariedade, de incessante intercâmbio e constante produção do novo.

Para confirmar tal preposição, basta estender nossas observações em relação aos animais, pois percebemos facilmente que as qualidades superiores do corpo humano são também características constitutivas dos seres orgânicos mais desenvolvidos. Verificamos isso comparando a mão de um chimpanzé com a mão do homem. No entanto, ocorre sempre uma transformação qualitativa de uma forma à outra, na passagem do inorgânico para a forma orgânica e, por sua vez, da passagem do ser orgânico para o gênero humano. T tamanha mudança qualitativa pressupõe “uma passagem que implica num salto – ontológico necessário – de um nível de ser a outro, qualitativamente diferente” (LUKÁCS, 2007, p. 2).

Lukács afirma que tanto os animais como o homem possuem uma característica comum de exercer a atividade perante a natureza para atenderem as necessidades essenciais à sua existência. Mas o que vem diferenciar o homem dos demais animais é que a sua atividade perante a natureza torna-se qualitativamente superior ao tornar-se uma atividade vital consciente, ou seja, ao adquirir um caráter teleológico. É este fato que determina o momento exato do salto ontológico, eliminando o caráter de escravidão do homem às suas necessidades fisiológicas. Essa condição, que os seres orgânicos não podem superar, separa qualitativamente a existência humana da existência animal, constitui o homem enquanto ser genérico.

Essa atividade consciente de caráter teleológico, como atividade exclusiva dos homens, é o próprio ato de trabalho, no qual o homem exerce o intercâmbio com a natureza. Como não poderia ser diferente, tanto a atividade de trabalho quanto a atividade animal tem por fim primeiro a sobrevivência e reprodução da vida, mas o ato de pôr teleológico é o ato que distingue tais atividades, a do homem e do animal, como afirma Lukács (2007, p. 36):

É claro que o primeiro impulso para a posição teleológica provém da vontade de satisfazer uma necessidade. No entanto esta é uma característica comum tanto à vida animal como humana. Os caminhos começam a divergir quando entre necessidade e satisfação se insere o trabalho, a posição teleológica. E neste mesmo fato, que implica o primeiro impulso para o trabalho, se evidencia a sua natureza marcadamente cognitiva, uma vez que é indubitavelmente uma vitória do comportamento consciente sobre a mera espontaneidade do instinto biológico o fato de que entre a necessidade e a satisfação imediata seja introduzido o trabalho como elemento mediador.

A análise marxista de Lukács apenas reafirma o trabalho como uma atividade necessariamente humana, não importa quão perfeitos possam ser os feitos dos animais. Dos seres orgânicos, o homem é o único ser capaz de visualizar em sua mente o objeto a ser criado. Apenas o homem, através do pôr teleológico, pode antever o produto futuro em sua consciência e torna-se capaz de planejar a sua atividade, refletir sobre o processo e conceber o objeto antes mesmo de efetivá-lo. Em relação ao animal, a atividade deste possui um caráter essencialmente instintivo, uma atividade na qual ele é escravo da natureza, atividade essa distinta do ato de trabalho.

2 O trabalho e a constituição do corpo do ser social

Para compreendermos o que a análise marxiana aponta sobre a educação corporal, precisamos compreender o fato de que o homem é o início e o fim, iniciador e resultado final do processo de auto-criação que este coloca em movimento ao imprimir, em sua relação com a natureza, um mediador, o trabalho.

Portanto, o corpo do ser humano se constitui enquanto um complexo qualitativamente superior à sua base orgânica, uma base natural, que segundo Lukács, faz recuar suas barreiras naturais ao avançar qualitativamente sobre elas. O homem auto-constitui, no curso do processo histórico, sua própria materialidade corpórea. O seu próprio corpo – que possui em sua substância os elementos tanto da natureza inorgânica quanto orgânica é um corpo historicamente constituído. Em poucas palavras, a sua base natural é transformada qualitativamente ao dar origem ao ser social.

Nesse processo histórico e dialético que leva ao salto qualitativo, o homem impõe um retrocesso às barreiras naturais do seu próprio ser-em-si biológico – já que o processo teleológico de prévia-ideação apenas se efetiva no plano real quando ocorre o pleno domínio da existência do ser social, de sua existência material humana, ou seja, do corpo humano. Como nos relata Lukács (2007, 37-8):

Essa transformação do sujeito que trabalha – o verdadeiro tornar-se homem do homem – é a conseqüência ontológica necessária do objetivo ser-precisamente–assim do trabalho. Quando [...] Marx se detém nas características do trabalho, ele também fala de sua ação determinante sobre o sujeito humano. Ele mostra como o homem, ao operar sobre a natureza e transformá-la, “muda ao mesmo tempo a sua própria natureza. Desenvolve as potências que nela estão adormecidas e sujeita o jogo das suas forças ao seu próprio poder”. Isto significa, antes de mais nada [...] que aqui existe um domínio da consciência sobre o elemento instintivo puramente biológico. Visto do lado do sujeito, isto implica uma continuidade que sempre renovada de um tal domínio, e uma continuidade que se apresenta em cada movimento do trabalho como um novo problema, uma nova alternativa e que cada vez, para que o trabalho tenha êxito, deve terminar com uma vitória da visão correta sobre o elemento meramente instintivo.

O domínio dos movimentos humanos pressupõe o domínio da consciência sobre o corpo puramente animalesco, o que impõe a transformação do próprio corpo e a constituição de um corpo qualitativamente distinto, tanto sua estrutura anatômico-fisiológica como suas habilidades motoras – o salto permite ao homem adquirir a capacidade de assimilar novos movimentos humanos, novas habilidades, novas utilidades para o próprio corpo, como o andar ereto. O andar ereto libera as mãos para outras atividades, a mão mesmo surge como a primeira ferramenta humana, o meio de produção que se especializa ao transformar-se fisiologicamente e permitir a pegada em pinça exclusiva ao ser humano. Engels (1980, 270-1) nos aponta tal processo ao se referir à mão como a primeira ferramenta humana:

a mão não é apenas o órgão do trabalho; é também produto dele. Unicamente pelo trabalho, pela adaptação a novas e novas funções, pela transmissão hereditária do aperfeiçoamento especial assim adquirido pelos músculos e ligamentos num período mais amplo, também pelos ossos; unicamente pela aplicação sempre renovada dessas habilidades transmitidas a funções novas e cada vez mais complexas foi que a mão do homem atingiu esse grau de perfeição que pôde dar vida, como artes de magia, aos quadros de Rafael, às estátuas de Thorwaldsen e à música de Paganini.

Mas a mão não era algo com existência própria e independente. Era unicamente um membro de um organismo íntegro e sumamente complexo. E o que beneficiava à mão beneficiava também a todo o corpo servido por ela.

No processo teleológico de transformação da natureza sobre a mediação do trabalho, há dialeticamente a transformação do próprio corpo humano, o corpo que se apresenta como “órgão executivo a serviço das posições teleológicas, que só podem provir e ser determinadas pela consciência” (Lukács, 2007, p. 85). Este é transformado no decorrer do salto ontológico. No processo de efetivação de novas objetivações, novas posições teleológicas, esse salto leva ao desenvolvimento de novas habilidades, novas possibilidades ao movimento humano autorizando a constante transformação biológica do próprio corpo.

A trajetória até aqui nos aponta que as habilidades corporais que surgem com o ato de trabalho não são simples movimentos inerentes ao homem, não são puramente espontâneos – correr, arremessar, trepar – são habilidades adquiridas no processo histórico de tornar-se homem do homem. Essas habilidades corporais não surgem no salto ontológico, mas são adquiridas no processo e após o salto. O processo de domínio do corpo atrelado ao desenvolvimento da consciência é essencialmente um processo de práxis humana. No momento predominante do trabalho, está a origem do domínio do corpo pelo homem “e a saída do homem da existência puramente animalésca” (Lukács, 2007, p. 85). A superação da atividade instintiva de reprodução animal leva à superação do movimento animal puramente instintivo. O ato de trabalho como pôr teleológico impõe a existência do movimento corporal consciente.

O corpo humano mesmo surge como a primeira ferramenta de trabalho – como o exemplo da mão, utilizado por Engels. O movimento como o meio necessário para efetivação de uma finalidade teleológica, as capacidades físico-anatômicas de movimentar o corpo biológico, é o meio de exteriorização das capacidades humanas através do trabalho.

Portanto, o movimento não é essencialmente prático, não é puro fazer em-si. Trata-se aqui do próprio ato de trabalho em si, antecedido pelo processo teleológico de prévia-ideação no qual o homem, no campo ideal, analisa antecipadamente todo o processo de trabalho que está por vir. No plano do reflexo apreende as causalidades dadas e as causalidades postas. As finalidades postas são efetivadas nas escolhas das alternativas acertadas, que autorizam uma determinada posição teleológica.

Contudo, a intervenção na realidade, mediada pelo trabalho é objetivada através do corpo, por meio do movimento humano como meio de efetivação de determinada posição teleológica. A escolha das finalidades postas passa pela escolha das alternativas impostas pelas capacidades motoras de determinado indivíduo ou grupo. A efetivação de uma nova objetivação está diretamente relacionada com a objetivação de um novo movimento, de uma nova habilidade motora e sua elaboração está presente no plano do reflexo, o seu não-ser-em-si que antecede o ser-em-si. Ou seja, o reflexo do ser é anterior ao ser, portanto, o movimento em si, o gesto motor elaborado para o ato de trabalho é precedido por sua existência puramente intelectual, que é anterior à sua efetivação no plano real. Assim, a elaboração de novas habilidades motoras está presente na elaboração de novas objetivações. Tais gestos ou movimentos existem antecipadamente no plano da consciência. Como nos afirma Lukács (2007, p. 84):

o ponto central do processo de transformação interna do homem consiste em chegar a um domínio consciente sobre si mesmo. Não somente o objetivo existe na consciência antes de realizar-se praticamente, como essa estrutura dinâmica do trabalho se estende a cada movimento singular: o homem que trabalha deve planejar antecipadamente cada um dos seus movimentos e controlar

continuamente, conscientemente, a realização do seu plano, se quer obter o melhor resultado concreto possível. Esse domínio da consciência do homem sobre o seu próprio corpo, que também se estende a uma parte da esfera da consciência, aos hábitos, aos instintos, aos afetos, é uma condição elementar do trabalho mais primitivo, e por isso não pode deixar de marcar profundamente as representações que o homem faz de si mesmo, uma vez que exige, para consigo mesmo, uma atitude qualitativamente diferente, inteiramente heterogênea em relação à condição animal, e uma vez que tais exigências são postas por todo tipo de trabalho.

A capacidade de reflexão – surgida do ato de trabalho – distingue o homem dos animais, permite-lhe apreender um processo ou técnica de trabalho, assim como reinventá-la, ou repassá-la, de geração em geração. O próprio movimento humano, quando superado a sua natureza simplesmente espontânea, torna-se elaborado, planejado concomitante ao ato de trabalho. Portanto, um conjunto de movimentos e práticas corporais são acumulados e repassados de geração a geração como movimentos necessários ao ato de trabalho. Este é o processo de constituição da cultura corporal humana. Esta surge associada ao trabalho, é o leque de habilidades e vivências motoras elaboradas e acumuladas pelo ser social e passa a compor parte da cultura humana, enquanto cultura corporal - assim como a linguagem e os demais complexos têm no trabalho a sua gênese.

Está demonstrado agora que o movimento humano não se trata de um fazer puramente prático, não é o simples fazer espontâneo e impulsivo. A intervenção do corpo (ser social) na realidade concreta se efetiva com o movimento corporal por intermédio de um leque de possibilidades motoras historicamente constituídas que tem em si o momento de domínio da consciência, ou seja, a execução de uma determinada linguagem da cultura corporal exige tanto a habilidade motora como o hábito mental ou conhecimento intelectual, pois como estamos tentando demonstrar a apropriação ou a execução de uma “habilidade corporal envolve, simultaneamente o domínio de um conhecimento, de hábitos mentais e habilidades técnicas.” (COLETIVO DE AUTORES, 1992, p. 65). Porém, a atividade da consciência na qual o corpo está submetido afirma-nos que a consciência em si possui uma certa autonomia em relação ao próprio corpo, que surge como executor das posições teleológicas elaboradas no plano da consciência. Essa autonomia autoriza a consciência a reconstituir o corpo em movimento no plano do ideal, refazer o reflexo do ser. Tal distância permite ao ser social elaborar conceitos que definam o fenômeno, que é o corpo em movimento, constituindo, assim, os conceitos que definem por signos sonoros os diversos conhecimentos elaborados em torno da cultura corporal.

Contudo, esse fenômeno, que nos aponta para o domínio da mente em relação ao corpo, pode nos levar ao erro de interpretarmos corpo e mente como uma existência em sua essência dual, ou seja, que a relação entre mente e corpo seja até mesmo uma relação entre sujeito e objeto. Mas nada mais equivocado do que a compreensão dual do ser social. Este é um ser integral em sua existência. Corpo e mente compõem um todo ontologicamente constituído, uma unidade insuperável em sua essência.

Nos afirma Lukács sobre a independência objetivamente operante da mente em relação ao corpo – presente no fenômeno –, que essa independência é ontologicamente relativa, já que ambos – corpo e mente – constituem-se mutuamente no processo de constituição do ser social. Encontramos a unidade ontológica entre corpo e mente na

eterna relação dialética de co-determinação que tem sua gênese na própria constituição do ser social, no qual o processo de elaboração existente no plano da consciência é determinante para a constituição do corpo humano, assim como as capacidades anatômico-fisiológicas autorizam novas objetivações ao ser social, o que lhe permite um desenvolvimento das capacidades intelectuais humanas, ou seja, a sua própria consciência. Portanto, o ser da consciência e o ser biológico humano são uma existência integrada que surge com o salto ontológico, no qual ambos se constituem mutuamente em sua gênese. Assertiva sublinhada nas palavras de Lukács (2007, p. 86), quando este afirma que o homem deve ser compreendido em seu:

conjunto, como indivíduo, como personalidade e não, ao invés, pelo corpo ou pela consciência (alma) cada um por si, tomados isoladamente; ao contrário, encontramos aqui uma insuprimível unidade ontológica objetiva, na qual é impossível o ser da consciência sem o ser simultâneo do corpo. [...] Isto não contradiz o papel autônomo, dirigente e planejador da consciência das suas relações como corpo, pelo contrário, é o seu fundamento ontológico. Encontramo-nos, aqui, face a uma forma muito clara de contradição entre fenômeno e essência.

A reflexão por nós desenvolvida aponta para a essência histórica do ser social, reflete a constituição humana essencialmente distinta da existência animal. A práxis humana efetivada em determinada realidade material é o processo dialético de constituição do corpo humano (consciência e materialidade física), na mesma proporção em que a atividade humana é o ente construtor dessa realidade social. Temos o exemplo do domínio do homem sobre os animais de montaria, a efetivação da habilidade de montar – uma cultura corporal – deu origem a um leque de novas possibilidades e novos nexos causais que levaram ao desenvolvimento produtivo, assim como do corpo em sua totalidade. Em sua atividade vital, o homem efetiva o domínio sobre a cultura corporal – o corpo em movimento é sua força essencial – o próprio corpo humano torna-se um objeto humano, ou seja, o corpo orgânico transforma-se em natureza humanizada, no qual o ser social efetiva-se enquanto gênero humano. Portanto, o homem é objeto de si mesmo. Como nos aponta Marx (2004, p. 110):

Conseqüentemente, quando, por um lado, para o homem em sociedade a efetividade objetiva [...] se torna em toda parte efetividade das forças essenciais humanas [...] enquanto efetividade humana e, por isso, efetividade de suas forças essenciais, todos os objetos tornam-se [a] *objetivação* de si mesmo para ele, objetos que realizam e confirmam sua individualidade enquanto objetos seus, isto é, ele mesmo torna-se objeto. [...] A peculiaridade de cada força essencial é precisamente a sua essência peculiar, portanto, também o modo peculiar da sua objetivação, do seu ser vivo objetivo-efetivo [...]. Não só pensar, portanto, mas com todos os sentidos o homem é afirmado no mundo objetivo.

A constituição do ser social exerce um recuo sobre as barreiras naturais existentes em seu próprio ser biológico, o que não significa a eliminação de sua existência enquanto ser da natureza, ser biológico. O homem existe eternamente em sua

ligação ontológica com a natureza da qual surge, e a existência humana se dá sob a influência das leis da natureza, químicas e físicas, as quais existem em seu-em-si, em seu corpo biológico. A constituição do corpo enquanto natureza humanizada passa pela constituição dos próprios sentidos humanos, os quais são capazes de apreciar, distinguir e reconhecer tanto a natureza em si, como a natureza humanizada historicamente constituída pelo homem. Os sentidos humanos qualitativamente distintos dos sentidos animais permitem ao homem reconhecer-se a si mesmo dissociado da natureza em si, e reconhecer a si mesmo enquanto gênero humano, no outro. Portanto, está no homem a resposta para todos os mistérios humanos e está no homem a origem de sua existência, assim como o ato de trabalho é a atividade engendradora do corpo humano. O ser social, que é histórico, é constituído socialmente em todas as suas capacidades humanas, como a cultura, o corpo e, inclusive, seus sentidos. Ensina-nos Marx (2004, p. 110): os sentidos humanos são essencialmente distintos dos não-humanos, pois, assim como

a música desperta primeiramente o sentido musical do homem, assim como para o ouvido não musical a mais bela música não tem *nenhum* sentido, é nenhum objeto, porque o meu objeto só pode ser a confirmação de uma das minhas forças essenciais, portanto só pode ser para mim da maneira como a minha força essencial é para si como capacidade subjetiva, porque o sentido de um objeto para mim (só tem sentido para um sentido que lhe corresponda) vai precisamente tão longe quanto vai o meu sentido, por causa disso é que os sentidos do homem social são sentidos *outros* que não os do não social; [é] apenas pela riqueza objetivamente desdobrada da essência humana que a riqueza da sensibilidade humana subjetiva, que um ouvido musical, um olho para a beleza da forma, em suma as fruições humanas todas se tornam *sentidos* capazes, sentidos que se confirmam como forças essenciais humanas, em parte recém cultivadas, em parte recém engendradas. Pois não só os cinco sentidos, mas também os assim chamados sentidos espirituais, os sentidos práticos (vontade, amor etc.) numa palavra o sentido humano, a humanidade dos sentidos, vem a ser primeiramente pela existência do seu objeto, pela natureza humanizada.

A formação dos cinco sentidos é um trabalho de toda a história do mundo até aqui.

3 Trabalho e educação corporal

Distante de todo o percurso percorrido que revela a unidade insuperável entre corpo e mente, trabalho e teleologia, cultura corporal e consciência, as análises positivistas ou neo-positivistas insistem em afirmar que a habilidade, os conhecimentos motores, a técnica em si, seriam para “o ser social uma potência automatizada, ‘fatal’, completamente independente das vontades dos homens e o seu movimento autônomo determinaria em última análise o destino dos homens.” (LUKÁCS, 2007b, p. 11). Ou seja, aqui o corpo é independente da consciência, não existe um mínimo de atividade intelectual no ato mais simples de trabalho, na mais complexa técnica, e a cultura corporal propriamente dita está ausente do elemento intelectual. Conseqüentemente, esta não seria parte do conhecimento humano, ou parte da cultura humana. Mas o

filósofo húngaro nos aponta ainda que, na análise positivista, a técnica é retirada do contexto total da produção e esta é entendida de maneira absoluta. A técnica é entendida de forma reificada e fetichizada como “um único momento do processo enquanto complexo, o que é igualmente obstaculizado o conhecimento correto do processo de reprodução” (LUKÁCS, 2007b, p. 11).

A técnica passa a ser compreendida como exterior ao homem, como uma causalidade natural, a-histórica, determinada por impulsos espontâneos que apontam quase sempre para uma determinação biológica. Compreendemos que tal reflexão apresenta o homem alienado do homem, o fetiche recai sobre as forças essenciais humanas ao entendê-las como uma essência que tem uma gênese exterior ao próprio homem. Portanto, esta análise fetichizada da técnica e da cultura corporal é a efetivação da reificação humana constituída em uma sociedade na qual a existência humana é coisificada, já que a técnica e a cultura corporal são exatamente a natureza humana em movimento, ou seja, a natureza humanizada é re-significada, transformada em coisa com vida própria e independente dos homens.

O fetiche impõe ao ser-em-si dos objetos humanos a sua reificação, ou seja, estes adquirem vida própria independente dos homens. O fetiche camufla o simples ato humano de trabalho, assim como a cultura que dele provém, ao impor uma gênese estranha à cultura, que passa a ter uma suposta existência “universal” em uma realidade sempre existente, uma cultura abstrata em uma realidade igualmente inventada. A existência fetichizada aponta para a realidade construída pelo poder das coisas. Tal poder formulou a própria cultura corporal, portanto, a cultura é entendida como um simples movimento espontâneo, ato inerente aos homens, uma coisa simplesmente existente em homens privilegiados, algo que é pré-concebido aos homens em existência cristalizada de um ser a-histórico, já que sua própria cultura é a-histórica. Portanto, a cultura corporal, é produto do cérebro humano e do corpo em movimento, constitui-se como autônoma e independente do homem na sociedade capitalista.

O equívoco positivista tem sua origem no próprio processo de reprodução humana, já que, no processo de produção, a escolha das alternativas humanas passa necessariamente pela escolha de teleologias concretas já efetivadas, ou seja, por reflexos corretos da realidade sobre domínios do ser social. A efetivação de tais teleologias concretas, que são costumeiramente repetidas, confere ao homem a simples aparência de que tais atividades são apenas práticas em si, ou seja, automáticas e inconscientes. Mas a análise de Lukács nos aponta que não devemos nos deter à simples aparência dos fenômenos, o que pode nos levar a cometer os mesmos equívocos positivistas, pois não deve nos enganar

o fato de que no trabalho costumeiro a maior parte dos atos singulares parece já não ter um caráter diretamente consciente. O elemento “instintivo”, “inconsciente” se origina aqui da transformação de movimentos de origem consciente em reflexos condicionados fixos. No entanto, não é isto que os distingue das expressões instintivas dos animais superiores, mas, ao contrário, o fato de que este caráter inconsciente é continuamente revogável sempre pode acabar. Foram fixados por experiências acumuladas no trabalho, mas outras experiências podem, a cada momento, substituí-los por outros movimentos também fixos e revogáveis. A acumulação das experiências do trabalho segue, portanto, um duplo caminho, eliminando e conservando os movimentos usuais, os quais, porém,

mesmo depois de fixados como reflexos condicionados, sempre guardam em si a origem de um pôr que cria uma distancia, determina os fins e os meios, controle e corrige a execução. (LUCÁKS, 2007, p. 39).

Ao recuperarmos a historia da educação, vimos que esta em seus primórdios, parece não se distinguir do ato de trabalho, uma vez que, a educação concretiza-se no e pelo trabalho – na simples repetição dos atos e comportamentos construídos socialmente nas relações de trabalho. Mas este processo de formação humana encontra seus limites na medida em que o trabalho adquire formas mais complexas, assim como as próprias relações sociais, com valores e regras sociais que passam a determinar as distintas sociabilidades que são históricas. Em especial, as formas especializadas de trabalho, necessárias em uma cooperação mais elaborada no ato de trabalho, exigem um processo de socialização do conhecimento que supere a simples reprodução e repetição dos gestos de trabalho. O desenvolvimento da linguagem autoriza a constituição das teleologias secundárias, com a finalidade de socializar o ato de execução do trabalho, ou seja, trata-se da efetivação, por parte de outros partícipes do trabalho, de uma teleologia concreta, que passa pela apropriação do reflexo correto da realidade, mas também pelo domínio da técnica necessária à execução ao ato de trabalho. Portanto, a superação do processo de aprendizagem que se efetiva na simples repetição dos gestos inaugura a educação corporal do homem, distinta da simples observação e reprodução do gesto executado por outro. Na educação da técnica de trabalho, tal processo de aprendizagem, possui sempre um momento intelectual do qual não se separa do momento prático, que permite o acúmulo e o aprimoramento dos atos da pesca, da caça, da montaria, do arremesso, o trepar, do nado, etc. Esse processo mais elaborado de transmissão desse conhecimento, um processo educativo em si, no qual a linguagem ocupa um papel primordial ao possibilitar a conceituação da própria técnica e das diversas culturas corporais, vem a constituir a própria educação da cultura corporal, que é inseparável do trabalho. Assim como o próprio processo de construção do conhecimento, da cultura, de valores, a sua transmissão não se separa do ato de trabalho em seu primeiro momento. Como nos aponta Tonet (2005, p. 213):

Assim como a linguagem e o conhecimento, também a educação é, desde o primeiro momento, inseparável da categoria trabalho [...] Sendo o trabalho, por sua própria natureza, uma atividade social, ainda que em determinados momentos possa ser realizado isoladamente, sua efetivação implica, por parte do indivíduo, na apropriação dos conhecimentos, habilidades, valores, comportamentos, objetivos, etc., comuns do grupo. Somente assim o ato de trabalho poderá se realizar.

O trabalho, como já observamos, é o modelo de toda práxis social, é a gênese dos complexos que compõem a realidade humana. E nessa relação de identidade e não-identidade, os demais complexos se distanciam do complexo do trabalho e constituem o conjunto da práxis humana. A educação da cultura corporal segue este caminho, mantém sua relação ontológica com o ato de trabalho e passa a distinguir-se do ato de trabalho e a ocupar o espaço de não-trabalho. O processo de desenvolvimento produtivo, no qual a divisão do trabalho exerce um papel preponderante ao permitir a ampliação do tempo de não-trabalho autoriza a redução do tempo de labor com a elevação das capacidades produtivas. No tempo de não-trabalho que se amplia, o ser

social passa a constituir e reproduzir novos valores, normas de convivência, cultura e cultura corporal, atividades de lazer e transmiti-las em rituais e no processo educativo em si, seja em seu sentido lato ou estrito. Nesse processo, a cultura corporal se desenvolve independente do ato de trabalho em si, e o homem constitui novas culturas corporais como os jogos, danças, contorcionismo, mímica, lutas, ginásticas, etc., enfim, novas culturas constituídas historicamente em diversos momentos da existência humana, que passam a compor a própria existência do ser social.

A divisão do trabalho, como nos aponta Lukács, é originária da existência objetiva da economia, que tem o seu significado na existência humana – não na economia de posse de valores de troca, mas justamente a economia de tempo. É esse o processo engendrado pelo desenvolvimento da técnica e da divisão do trabalho, que permite o avanço histórico dos complexos da educação e da educação da cultura corporal. Portanto, esse movimento “é um passo adiante na realização de categorias sociais a partir de seu ser-em-si original até um ser-para-si sempre mais ricamente determinado e sempre mais efetivo.” (LUKÁCS, 2007, p. 71).

A constituição da cultura corporal e a sua efetivação histórica no processo de socialização para as demais gerações é parte constituinte da formação do ser social. A socialização da cultura corporal, que sempre possui em-si a elaboração de uma nova cultura, uma nova linguagem do corpo, expressa e constrói valores e regras sociais, mas também rompe e supera regra e valores sociais. Na substituição do velho pelo novo, na constituição de uma síntese, a negação de uma cultura corporal é superada pela negação da negação. No processo dialético da realidade efetiva-se a reprodução humana e se desenvolve a cultura corporal como uma linguagem humana, um meio de intervenção social, uma linguagem repleta de significados que são individuais e sociais, assim como são historicamente determinados pelos diversos momentos históricos constituídos pelo homem. A educação guerreira nas sociedades antigas, a formação cavaleiresca na Idade Média e a formação ginástica militar nos primórdios da sociedade capitalista substituídas pela hegemonia do esporte no âmbito do capitalismo moderno.

O exame aqui empreendido nos aponta que o desenvolvimento do complexo da cultura corporal está numa relação direta com o processo de constituição de novas determinações sociais. A análise marxiana reflete que a efetivação da apropriação do trabalho alheio, vem concretizar a divisão social do trabalho e a separação dos reais produtores do domínio do processo de trabalho – do objeto de trabalho e dos meios de trabalho – efetivando o ser social em sua existência alienada. Em tal existência, o homem constitui a alienação do gênero humano, do outro e a si mesmo. É nesse processo de efetivação da apropriação do trabalho alheio que se encontra a gênese do estranhamento do homem em relação ao seu próprio gênero humano, já que este passa a ser concebido em uma existência fragmentada, isto é, partido em classes antagônicas.

O gênero humano se constitui cindido, isto é, na existência de classe, o ser-em-si da classe, como nos refere Lukács, passa a ser socialmente constituído nos movimentos, costumes, hábitos, vestimentas, hábitos e interpretações do mundo e passa a corresponder à posição ocupada por cada indivíduo, por sua classe, no processo de produção social. Como nos aponta Saviani (1992), o ato educativo é justamente o ato de produzir direta e intencionalmente, em cada indivíduo singular, a sua existência histórica, uma existência de classe. Da sociedade que tem sua coletividade partida em classes, reproduzem tal cisão na individualidade humana, já que, a educação numa sociedade de classes conduz à formação dos sujeitos sempre para a uma determinada classe.

Visto que a educação, como o processo de constituição do ser social efetiva-o como ser integrante de uma classe, a própria educação corporal constitui historicamente um emblema de classe tanto na constituição de um acervo de práticas corporais próprios da sociedade de classes, como na negação histórica do acesso de parte do conhecimento da cultura corporal às classes dominadas.

Portanto, ao trabalhador está destinado o domínio da técnica de trabalho, enquanto à classe dominante está destinado o domínio da cultura corporal das atividades de comando, como as lutas e técnicas de comando na guerra. Os conhecimentos necessários ao tempo de não-trabalho, o tempo livre, o acervo da cultura corporal, são destinados aos momentos de gozo, ao qual a classe trabalhadora está historicamente apartada: trabalho e gozo, produção e consumo, existem apenas em indivíduos distintos, na existência do ser unilateral.

Mas, a constituição do ser unilateral está no desenvolvimento do processo produtivo, atrelada à complexificação das relações estranhadas no interior da sociedade de classes. Noutros termos, a constituição do ser unilateral concretiza-se nas relações estranhadas do ser social em relação ao objeto e ao ato de trabalho que engendram o estranhamento do gênero humano e do outro – estranhamento da classe que é antagonista –, efetivam também o estranhamento de si mesmo.

O estranhamento de si, no ser unilateral, efetiva o estranhamento do trabalhador em relação ao seu próprio corpo em movimento, corpo executor de um ato de trabalho não pensado pela sua cabeça e sobre o qual o produtor não exerce domínio. O trabalhador acaba por naturalizar a sua existência unilateral, estranha a si mesmo como ser apenas executor de uma atividade de trabalho, corpo autômato. O trabalhador foi expropriado do domínio de si mesmo, esse domínio está alienado de si, o poder individual que lhe é alheio. A sua capacidade de trabalho, que é parte de sua cultura corporal, está sob o domínio de outro, o capitalista que é externo ao trabalho. O corpo em movimento no ato de trabalho é força de trabalho, é uma mercadoria, é um corpo alienado. Assim como a cultura corporal, produto de sua atividade humana que preenche o seu tempo de não-trabalho, está sobre domínio do outro, foi-lhe expropriada, está alienada de seu produtor, é propriedade de classe.

Outrossim, o ser unilateral também se efetiva na divisão intelectual presente no domínio da cultura corporal para o gozo e para o trabalho. O modo que a constituição do ser social, em sua existência de classe, efetiva-se na apropriação da cultura corporal, nela efetiva-se a existência do ser unilateral, já que a constituição desses indivíduos históricos evoluiu em circunstâncias, que “apenas permitem um desenvolvimento unilateral, de uma qualidade em detrimento de outras” (MARX, 1976b, p. 28). O filósofo alemão acrescenta, ainda, que “se estas circunstâncias apenas lhe fornecem os elementos materiais e o tempo propícios ao desenvolvimento desta única qualidade, este indivíduo só conseguirá alcançar um desenvolvimento unilateral e mutilado” (MARX, 1976b, p. 28).

Considerações Finais

O trabalho constitui-se, portanto, a origem, o salto que permite a existência humana, assim como as dos diversos complexos que constituem a totalidade humana, tais como a linguagem, a cultura e a própria cultura corporal. É na relação mediada com a natureza pelo trabalho que o homem constitui a cultura corporal como parte do conhecimento humano historicamente acumulado pela humanidade.

A educação corporal estabelece-se como o espaço de socialização deste conhecimento, assim como, a aula de educação física constitui-se no interior da escola como o meio de socialização da cultura corporal historicamente constituída, como parte de seu patrimônio cultural e intelectual.

A análise de que a cultura corporal é em-si, como o trabalho, indissociável da atividade intelectual, expõe o equívoco das vertentes teóricas que refletem o movimento humano como simplesmente inato ou reproduzido automaticamente, ausente do elemento intelectual - tal reflexão permeia a divisão do currículo na formação de professores em educação física. Essa vertente reproduz a constituição do ser unilateral, ao formular a divisão na interior entre o ser pensante e ser prático.

Na contramão, nossa reflexão aponta o caráter de classe que permeia a existência unilateral do ser social. O que nos remete a necessidade mediata de superação de tal modelo de formação acadêmica que se constitui pela negação do conhecimento historicamente constituído aos professores de educação física.

Referências Bibliográficas

COLETIVO DE AUTORES. Metodologia do ensino de educação física. São Paulo: Editora Cortez, 1992.

ENGELS, Friedrich. Sobre o Papel do Trabalho na Transformação do Macaco em Homem. In: Karl Marx e Friedrich Engels. Obras Escolhidas. São Paulo, Alfa-Ômega, 1980.

LUKÁCS, Georg. “O trabalho”, In: Ontologia do Ser Social. Tradução Ivo Tonet. 2007. (mimeografado).

_____. “A Reprodução”, In: Ontologia do Ser Social. Tradução Ivo Tonet. 2007b. (mimeografado).

MARX, Karl. Manuscritos Econômico-Filosóficos. Tradução de Jesus Ranieri. São Paulo: Boitempo, 2004.

_____. A ideologia alemã. Marx & Engels. In: Textos sobre educação e ensino. São Paulo: Editora Moraes, 1976b.

TONET, Ivo. Educação, Cidadania e Emancipação Humana. Ijuí-RS: Editora Unijuí, 2005.

SAVIANI, Dermeval. Pedagogia histórico-crítica: as primeiras aproximações. 6. ed. São Paulo: Editora Cortez, 1992.

Av. General Osório de Paiva, 1811. Vila Peri. Fortaleza-CE, CEP: 60.720-001. jpsobrinho@yahoo.com.br. DATA SHOW.